

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MERYLIN RICIELI DOS SANTOS

COTAS RACIAIS: UMA POLÍTICA AFIRMATIVA NA PERSPECTIVA DAS  
MULHERES NEGRAS



LAPA  
2016

MERYLIN RICELI DOS SANTOS

COTAS RACIAIS: UMA POLÍTICA AFIRMATIVA NA PERSPECTIVA DAS  
MULHERES NEGRAS

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientador: Prof. Maurício Polidoro

LAPA  
2016

**Resumo:** O presente artigo é resultado de uma análise construída com base nas políticas afirmativas de cotas raciais da Universidade Estadual de Ponta Grossa e irá abordar questões de gênero e raça. O objetivo aqui proposto é problematizar quais as perspectivas das mulheres negras contatadas sobre as políticas de cotas raciais da UEPG. A pesquisa atual é uma produção analítica discursiva, pois terá como material de estudo, dados e discursos das mulheres negras entrevistadas. As análises foram construídas com base em respostas de onze mulheres negras (sete pretas e quatro pardas), sendo nove brasileiras e duas estrangeiras africanas (naturais da Nigéria e de São Tomé e Príncipe). As onze participantes apresentaram discursos favoráveis as políticas afirmativas de cotas raciais e deste modo, os dados presentes neste trabalho buscam expor qual é o pensar predominante das entrevistadas em relação ao assunto e suas justificativas. O referencial metodológico desta pesquisa, ampara-se no método quantitativo proposto por Minayo e Sanches (1993) e ainda na metodologia de pesquisa qualitativa embasada em Córdoba e Silveira (2009); Minayo (1994). Em relação aos aportes teóricos, Gomes (2005), Munanga (2004/2007), Santos (2009) e Hall (2003), se fazem presente, pois são autores que abordam aspectos que se relacionam, entre eles questões raciais, identitárias e política de cotas.

**Palavras-chave:** cotas raciais; discursos; mulheres negras; políticas públicas

**Abstract:** This article is the result of an analysis built on the basis of affirmative policies of racial quotas of Ponta Grossa State University and will address gender and race issues. The goal here is to discuss proposed the outlook of respondents black women on the policy of racial quotas of UEPG. Current research is a discursive analytical production, it will have as study material, data and speeches of the interviewees black women. The analyzes were based on responses of eleven black women (seven black and brown four), nine Brazilian and two African foreign (natural Nigeria and Sao Tome and Principe). The eleven interviewed presented affirmative policies speeches in favor of racial quotas and thus the data presented in this work seek to expose what is the prevailing thinking of the interviewees on the subject and their justifications. The methodological framework of this research, we seek refuge in the quantitative method proposed by Minayo and Sanches (1993) and also in qualitative research methodology grounded in Cordoba and Silveira (2009); Minayo (1994). Regarding the theoretical contributions, Gomes (2005), Munanga (2004-2007), Santos (2009) and Hall (2003), to do this, because they are intellectuals who address issues that relate, including racial, and political identity quota.

**Keywords:** racial quotas; speeches; black women; public policy

## **INTRODUÇÃO: MULHERES NEGRAS E COTAS RACIAIS**

O contexto atual é marcado por uma série de conquistas que colaboram para que determinados grupos sociais tenham mais possibilidades de ingressarem em esferas que nunca antes tiveram acesso e isto acontece por fatores políticos, econômicos e sociais. A comunidade de análise deste trabalho é definida por duas características: gênero e raça, visto que neste artigo as problematizações voltam-se para as mulheres negras que em algum momento de suas vivências tiveram um

contato com as políticas afirmativas de cotas raciais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (através de experiências próprias ou de familiares).

Este trabalho é uma construção investigativa produzida com base em viveres sociais e acadêmicos que tem como protagonista as mulheres negras e seus discursos sobre as políticas de cotas raciais da UEPG. A escolha por estes sujeitos de pesquisa ocorreu devido ao interesse em compreender quais as opiniões e perspectivas que as mulheres negras possuem acerca das políticas afirmativas de cotas raciais.

A comunidade analisada está inserida em uma cidade que apresenta o seguinte quadro demográfico com base nos dados do último censo realizado no ano de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 1-Quantidade de habitantes da cidade de Ponta Grossa – Comparação numérica entre negros e brancos.

<b>Raça/Cor</b>	<b>Branco/Branca</b>	<b>Pretos/Pretas</b>	<b>Pardos/Pardas</b>
Homens	117.157	<b>4.533</b>	<b>28.624</b>
<b>Mulheres</b>	127.656	<b>4.096</b>	<b>27.475</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE<sup>1</sup>.

Ao observar os dados em questão, visualiza-se que o grupo racial negro, composto por pretos e pardos corresponde a 64.728 sujeitos, enquanto a população branca pontagrossense totaliza 244.813 indivíduos; desta maneira, é possível perceber que a população branca corresponde a 78.56% e a população negra corresponde a 20.77%, o restante da população do município divide-se entre amarelos, indígenas e não declarados.

O estudo em questão foi realizado em uma cidade tradicional e que vive sobre a égide de valores arcaicos onde impera um discurso de que a cidade foi povoada por imigrantes europeus e esta informação se legitima através do texto de apresentação do município que é assim descrito:

Em 1877/1878 chegaram em Ponta Grossa, 2.381 russos-alemães que se estabeleceram na Colônia Octávio, subdividida em 17 núcleos, afastados do centro urbano. A partir de então outros grupos foram chegando à cidade e a ela se integrando. Entre **os de maior importância** estão os poloneses, alemães, russos, italianos, sírios, austríacos e portugueses. (PMPG, site)<sup>2</sup>

Ao comprar este discurso, a impressão que se tem é de que a cidade em questão, não possui uma quantidade significativa de negros e negras em seu espaço e tampouco nos processos sócio-históricos de construção da mesma, visto que o discurso apresentado nem menciona a existência da população negra nesta esfera cidadina. E desta maneira, a presente pesquisa surge como um produto do descontentamento da convivência com discursos oficiais que excluem os negros/negras da história local do município de Ponta Grossa.

<sup>1</sup> Informações retiradas do site de busca do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 16 dez. 2015

<sup>2</sup> Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, História da Cidade. Disponível em: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/historia> Acesso em 16 dez. 2015

Ao considerar a não representação dos sujeitos negros/negras na cidade citada, é possível pensar que os processos de exclusão ou silenciamento de determinados grupos étnicos raciais devem ser interpretados como uma maneira sutil, pra não dizer politicamente correta, de fragilizar as identidades negras locais e por isso é justificável dizer que não apenas em Ponta Grossa, mas também no Brasil:

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina os negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as). (GOMES, 2005, p.43)

Ao considerar as colocações de Gomes (2005) pode-se pensar que os valores impositivos dominantes são tão incisivos que as construções de identidades negras positivas são comprometidas e isso faz com que fique cada vez mais difícil construir um novo olhar sobre a raça<sup>3</sup> negra no Brasil.

Embora pareça radicalismo, por hora é razoável considerar que “O Brasil é o país da segregação racial não declarada. Todos os indicadores sociais ilustram números carregados com a cor do racismo” (DOMINGUES, 2005, p. 165). E estes números - descrito por Domingues - tendem facilmente a camuflar-se através da pregação do mito da democracia racial.

Em relação a este conceito, é possível considerar que:

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial. (GOMES, 2005, p.57)

Este mito é capaz de ser entendido como uma criação ideológica e por vezes controladora que embasa-se neste discurso como um refúgio de garantia a uma relação de igualdade racial entre negros e brancos no Brasil.

Portanto, as circunstâncias histórico-sociais apontadas fizeram com que o mito da 'democracia racial surgisse e fosse manipulado como conexão dinâmica dos mecanismos societários de defesa dissimulada de atitudes, comportamentos e ideais 'aristocráticos' da 'raça dominante'. Para que sucedesse o inverso, seria preciso que ele caísse nas mãos dos negros e dos mulatos; e que estes desfrutassem de autonomia social equivalente para explorá-lo na direção contrária, em vista de seus próprios fins, como um fator de democratização da riqueza, da cultura e do poder.(Fernandes. 1965, p. 205)

---

<sup>3</sup> Ao amparar-se nas considerações de Gomes, é pertinente explicar que “Ao usarmos o termo raça para falar sobre a complexidade existente nas relações entre negros e brancos no Brasil, não estamos nos referindo, de forma alguma, ao conceito biológico de raças humanas usado em contextos de dominação [...] Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo.” (GOMES,2005,p.45)

No Brasil a democracia racial é subentendida como uma forma de tolerância a diversidade, mas que muitas vezes não garante a população negra a liberdade para se auto afirmar, pois frequentemente a mídia elabora discursos de igualdade racial, mas cotidianamente expõe propagandas e padrões de beleza onde a população negra não se reconhece.

Ao pensar no Brasil como uma nação que comercializa a ideia de que neste país “não existe racismo”; logo se percebe as contradições presentes na frase destacada, pois ao entender que foi preciso a implementação de leis (10.639/2003 e 11.645/2008), para garantir aos negros um direito de serem melhor representados em conteúdos escolares por exemplo, percebe-se que a situação entre negros e brancos não é de equidade, neste sentido as leis podem ser vistas como uma maneira de reparação, equiparação e garantia aos sujeitos negros e aos seus direitos.

Além da criação de leis, houveram algumas ações afirmativas que contribuíram para uma “inserção” dos negros/negras na sociedade; e que possibilitaram a estes sujeitos uma oportunidade para uma melhor condição de vida e uma provável ascensão social.

As ações afirmativas tem a possibilidade de serem entendidas como:

(...) toda e qualquer medida privada ou de política pública que objetivam beneficiar determinados grupos da sociedade, sob o fundamento de lhes faltarem as mesmas condições de competição em virtude de terem sofrido discriminações ou injustiças históricas. O objetivo principal dessas ações é a abertura de oportunidades para esses desfavorecidos, com a concessão de benefícios e preferências e não ser uma mera ação compensatória para perdas e danos já cometidos. Como exemplo de uma dessas ações tem-se o sistema de cotas para estudantes negros (Barros,2009)<sup>4</sup>

As cotas raciais são políticas afirmativas que proporcionam a população negra uma maior oportunidade de ingressar no ensino superior e em concursos públicos; e refere-se à lei 12.990/2014, que foi sancionada no dia nove de junho e apresenta a seguinte descrição:

Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.(BRASIL. Lei, 12.990. junho, 2014 )

Ao evidenciar ensino/educação, pode-se dizer que estes elementos são de grande importância para diminuir a desigualdade social no Brasil, e garantir uma possível igualdade econômica no país. Sobre isso Kabengele Munanga esclarece que:

Os países do mundo hoje considerados como os mais desenvolvidos são aqueles que investiram e investem maciçamente na educação. Coincidentemente, esses países apresentam as taxas mais altas em matéria de desenvolvimento humano.(2007, p.8)

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://fg.jusbrasil.com.br/noticias/1046513/discriminacao-racial-obstaculos-e-conquistas-lorena-pinho-barros> Acesso em 20 de dez de 2014

Neste sentido, desenvolvimento humano está relacionado a um desenvolvimento cognitivo, pois quanto mais elevado o grau de escolaridade de um indivíduo, maior será a sua capacidade de compreensão e interpretação acerca do contexto o qual está inserido. Para Munanga (2007, p. 8) “No meio de todas essas desigualdades, a educação ocupa uma posição de destaque como centro nevrálgico ao qual são umbilicalmente vinculadas todas as outras”.

A educação ocupa um lugar de destaque na vida da população negra e este artigo aponta para as políticas de cotas raciais como um fio condutor para o acesso as oportunidades que durante muito tempo foi monopolizada estrategicamente pela elite dominante, que conseqüentemente era composta pela população branca.

A discussão referente a população negra enquanto grupo social inferiorizado e prejudicado por questões históricas se fez necessária para situar o lugar social dos sujeitos desta pesquisa, as mulheres negras, estas que são constantemente vítimas de violência e do sistema. Em relação a estas cidadãs, é preciso considerar que ocorreram mudanças significativas para que elas tenham mais oportunidades no mercado de trabalho e em âmbito acadêmico, mas antes de tudo é interessante esclarecer que,

As que se destacam, tiveram que provar mais vezes do que as mulheres brancas a sua competência, por isso, é que é possível afirmar que a questão de gênero é um complicador, mas se esta for somada a questão de raça, o resultado é maior exclusão e dificuldades. (SANTOS, 2009, p. 2)

O pensar nas complexidades atreladas a uma relação que envolve gênero e raça, as problematizações são inúmeras, pois ao olhar para as mulheres negras, percebe-se que elas estão duplamente a margem, pois são mulheres (em uma sociedade patriarcal e machista) e negras (em uma sociedade branca e racista) e no caso desta pesquisa, lícito dizer que estão triplamente a margem, pois são pobres.

As mulheres negras estão inseridas em uma triste realidade brasileira; de acordo com o último mapa da violência 2015, sobre Homicídio de mulheres no Brasil os dados mostram que ao longo de dez anos (2003/2013)

O número de homicídios de brancas cai de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013. Isso representa uma queda de 9,8% no total de homicídios do período.[...] Já os homicídios de negras aumentam 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas<sup>5</sup>. (WAISELFISZ, 2015, p.30)

Os dados expostos tem a capacidade de ilustrar quais os desafios que mulheres negras precisam enfrentar e estes começam na infância e se perpetuam na vida adulta, quando elas passam a observar que “[...] Para as mulheres afro-descendentes o mercado reserva as posições menos qualificadas, os piores salários, a informalidade e o desrespeito.” (SANTOS, 2009, p. 2) E isto ocorre constantemente, pois:

Mesmo as que possuem diploma universitário, sofrem as discriminações do mercado. Muitas não conseguem exercer a profissão que se dedicaram na universidade e sem opção continuam exercendo as mesmas profissões de outrora. (SANTOS, 2009, p. 2)

---

<sup>5</sup> Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf) Acesso em 16 de dez de 2015

Ao tratar da condição social da mulher negra, em Ponta Grossa, o diploma universitário não garante muita coisa, mas abre portas que possibilitam uma suposta condição de igualdade entre negras e brancas, embora saibam que este ideal ilusório jamais ocorrerá de fato.

Esta pesquisa busca elaborar problematizações com base nos discursos registrados nos formulários de respostas construídos para este fim e destinado as mulheres negras contatadas. As protagonistas deste artigo fazem parte de um pequeno grupo do movimento negro de Ponta Grossa e aceitaram participar da construção desta pesquisa.

As participantes não apresentam um grupo ideológico homogêneo, mas isto não é problema, visto que “[...] É para a diversidade e não para a homogeneidade da experiência negra que devemos dirigir integralmente a nossa atenção criativa agora” (HALL, 2003, p. 346). Ou seja, foi da e na diversidade das respostas que esta pesquisa ganhou forma.

## **OBJETIVOS**

O objetivo deste trabalho é analisar como as políticas de cotas raciais da UEPG são vistas pelas mulheres negras contatadas, e através de seus discursos perceber quais as expectativas destas mulheres acerca da política de cotas raciais.

Em relação aos objetivos específicos, estes são assim definidos:

- Problematizar e debater os aspectos positivos e negativos elencados pelas mulheres negras em seus discursos acerca das cotas raciais.
- Refletir sobre os aspectos em comum entre os discursos das entrevistadas.
- Compreender a inserção das cotas raciais na vida das participantes.

## **METODOLOGIA**

Os aparatos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa referem-se a natureza qualitativa e quantitativa, o foco é produzir informações pensando a realidade das mulheres negras entrevistadas. A escolha pelas metodologias citadas ocorreu ao considerar o fato de que “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” (CÓRDOVA; SILVEIRA, 2009, p.32).

E quanto a opção pela metodologia quantitativa, esta “[...] tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis.” (MINAYO; SANCHES, 1993, p.247) e assim sendo, busca-se através desta metodologia construir dados que sustentem as problematizações propostas neste estudo. E desta forma, os dados numéricos serão utilizados juntamente com as problematizações presentes nos discursos construídos durante o preenchimento das respostas nos formulários.

Os formulários enviados geraram informações a fim de sistematizar e compreender quais as particularidades dos sujeitos de pesquisa. As informações foram obtidas através da criação de um formulário amparado na ferramenta eletrônica disponível no google docs. Os formulários foram criados, enviados e

respondidos online e contaram com quatorze perguntas organizadas da seguinte forma:

- 1- Qual é sua cor?
- 2- Estado Civil?
- 3- Possui filhos?
- 4- Gênero?
- 5- Qual sua idade?
- 6- Em qual cidade você nasceu?
- 7- Em qual cidade você reside?
- 8- Qual sua Profissão/ocupação?
- 9- Grau de escolaridade?
- 10-Tipo de instituição em que estudou: ( )Pública ( )Privada
- 11-Em relação a políticas de cotas raciais da UEPG: Você conhece? Sabe como funciona? Explique.
- 12-Na sua opinião: As políticas de cotas raciais são positivas ou negativas para a população negra? Explique o seu ponto de vista.
- 13-Você é contrária ou favorável as políticas de cotas raciais da UEPG? Explique o motivo.
- 14-Você conhece alguém que ingressou na UEPG através das políticas de cotas?

As perguntas foram construídas com o escopo de expor qual era o perfil das mulheres negras entrevistadas, sua trajetória e vivências cotidianas, pois estas informações são fundamentais para compreender o porquê de seus discursos favoráveis ou contrários as políticas de cotas raciais na UEPG.

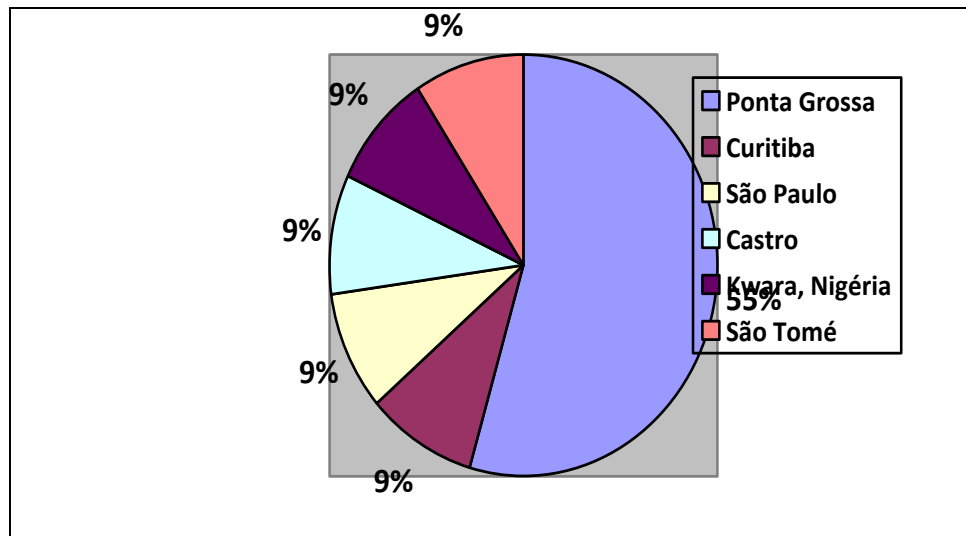
## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os sujeitos desta pesquisa foram as mulheres negras e os objetos de investigação foram seus discursos registrados no formulário. O contato ocorreu com quinze mulheres, mas apenas onze se mostraram dispostas para responder o formulário. As respostas foram curtas e formavam discursos diretos, visto que as perguntas sobre o tema eram breves. As perguntas totalizaram quatorze e foram elaboradas no anseio de construir reflexões sobre a heterogeneidade do público que respondeu o formulário.

Os resultados aqui obtidos correspondem aos discursos de mulheres negras de diferentes realidades e a escolha por estas protagonistas ocorreu após pensar nos jogos identitários que estas se encontram, afinal algumas além de estudantes, são mães, esposas, filhas, professoras, trabalhadoras, o que faz que de uma forma ou de outra estejam envolvidas neste processo educacional permeado pelas cotas raciais da UEPG. Ao analisar os discursos das participantes contatadas, pôde-se compreender de que forma elas vêem as cotas raciais.

As onze mulheres que responderam o formulário tinham idades entre 23 e 36 anos e destas, seis nasceram em Ponta Grossa, ou seja, 55% das mulheres negras que responderam esta pesquisa. As outras entrevistadas nasceram em outras cidades, mas vivem, trabalham ou estudam em Ponta Grossa.

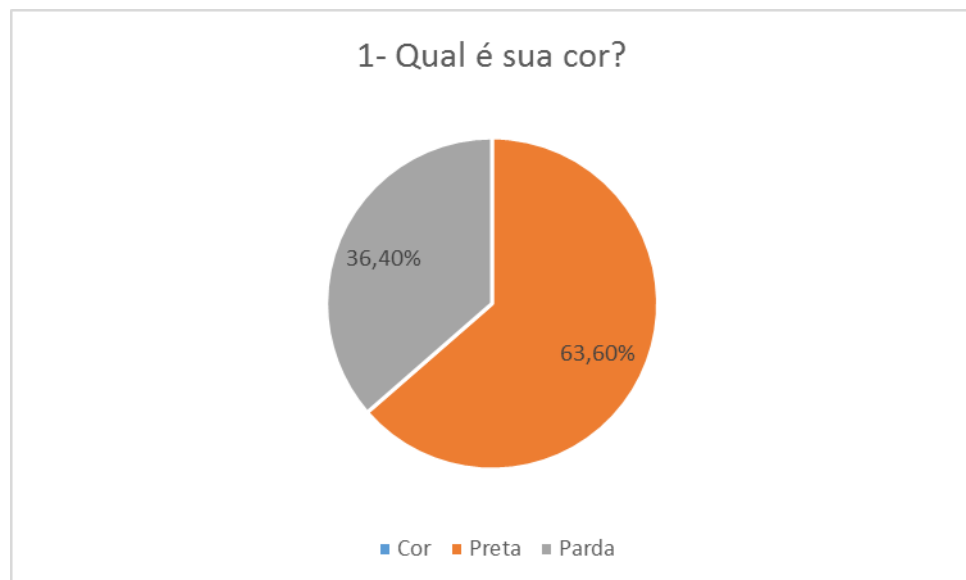
### Contagem 6 – Em qual cidade você nasceu?



Fonte: Merylin Ricieli (2015)

E sobre o gênero das contatadas, 100% responderam que se identificam com o gênero feminino, o que corresponde as 11 mulheres negras.

A pergunta que corresponde a cor da pele, com base na autodeclaração, quatro entrevistadas se autodeclaram pardas (36,3%) e sete se afirmam enquanto pretas (63,6%). Ao ilustrar estes dados, tem-se a seguinte imagem:



Fonte: Merylin Ricieli (2015)

Ao observar a predominância racial preta é capaz de perceber os jogos identitários que permeiam a construção discursiva das mulheres negras, pois conforme já mencionado, embora este trabalho trate de mulheres negras, o grupo não é homogêneo e cada uma expõe o seu pertencimento identitário relacionado a sua cor de pele que é uma construção social.

Em relação a vida pessoal das mulheres negras aqui ouvidas, das 11 entrevistadas, seis são solteiras (55%), três são casadas (27,2%) e duas vivem em união estável (18,1%); E 45,5% das entrevistadas tem filhos (cinco mulheres

negras). Até aqui pode-se analisar que as mulheres entrevistadas possuem trajetórias diferenciadas e por este motivo as suas respostas ainda que se relacionem em alguns momentos, não são idênticas.

Ao olhar para os dados referente ao tipo de instituição em que estudaram, oito mulheres negras estudaram em instituições públicas (72,7%) enquanto apenas três (27,3%) estudaram parcialmente em instituições públicas/privadas. E com base nestes dados, faz-se perceber que a realidade das mulheres negras entrevistadas foi marcada por uma educação majoritariamente pública e isto talvez possa estar relacionado ao fato das próprias políticas de cotas raciais implantadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa desde o ano de 2006<sup>6</sup>, visto que a maioria delas residem na cidade sede da UEPG.

A questão é que há grandes possibilidades das mulheres negras graduadas participantes desta pesquisa terem sido em algum momento de suas trajetórias acadêmicas cotistas da universidade analisada, informação esta que será desenvolvida no decorrer destas análises.

Ao comparar estes breves números com a realidade das famílias negras do Brasil, faz-se perceber que embora a história da população negra esteja mudando, os dados desta pesquisa mostram que o acesso a educação privada foi e ainda é privilégio de poucos; e menos ainda quando se trata da população negra.

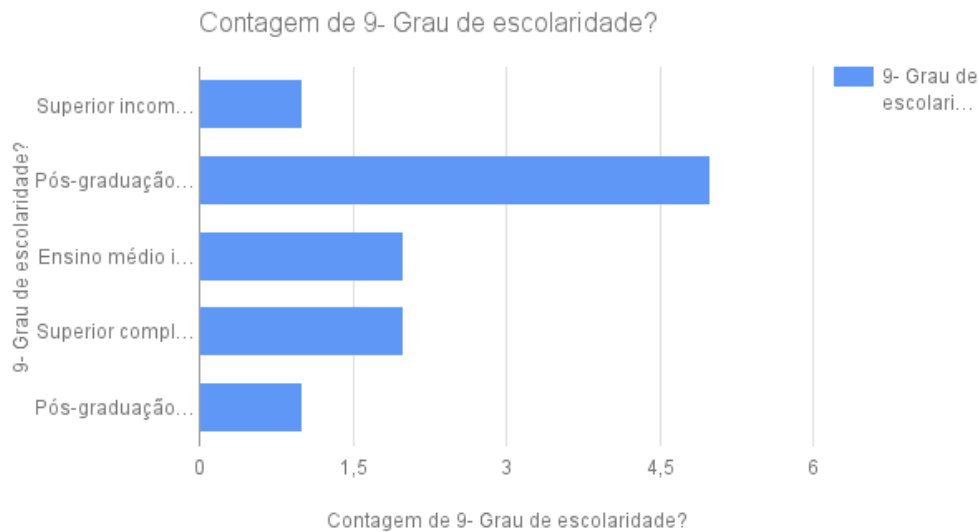
Os dados não podem descrever qual foi a educação privada que os 27,3% da comunidade de estudo frequentou (básica ou superior) e por este motivo não há como fazer um cruzamento de informações que levem a compreender se a cor da pele e a condição econômica das mulheres negras entrevistadas estão atrelados ao fato de tão poucas terem acesso ao ensino privado.

O fato de apenas 27,3% terem acesso ao ensino privado, não impediu o grupo de mulheres negras, sujeitos desta análise, de buscarem oportunidades de estudos e isso foi observado na questão sobre o grau de escolaridade das entrevistadas. A pergunta foi elaborada a fim de introduzir a temática referente as políticas de cotas raciais no ensino superior e das 11 convidadas a participar da pesquisa, apenas duas possuem o ensino médio incompleto, o que corresponde a 18,1%. Em relação as outras mulheres negras entrevistadas, duas (18,1%) possuem o ensino superior completo enquanto uma (9,1%) dispõe do ensino superior incompleto. Em contrapartida, a maior parte das mulheres negras entrevistadas possuem pós-graduação incompleto, sendo 45,4% delas, o que significa cinco mulheres negras. E apenas uma (9,1%) tem pós-graduação completa.

E a nível de ilustração, ao analisar no gráfico abaixo, nota-se que as mulheres negras protagonistas deste artigo são pessoas que buscam através da educação uma melhor qualidade de vida, pois o nível de escolaridade predominante entre o grupo observado encontra-se acima do nível médio de escolaridade no país.

---

<sup>6</sup> Informação disponível em: <http://portal.uepg.br/noticias.php?id=1706> Acesso em 21 Dez 2015.



Fonte: Merylin Ricieli (2015)

Até agora as análises foram construídas a fim de conhecer o perfil das envolvidas na pesquisa, logo é correto dizer que o público entrevistado é composto por mulheres predominantemente solteiras, pretas e com ensino superior completo, mas isto não significa que estas características as homogenizem enquanto mulheres negras.

Ao considerar que o trabalho em questão tem como objetivo analisar como este grupo racial feminino vê as políticas de cotas raciais, é pertinente direcionar a atenção a partir de agora para os discursos voltados a temática foco desta pesquisa. E assim sendo, as próximas perguntas problematizadas são sobre as políticas de cotas raciais na UEPG; a primeira deste eixo foi estruturada da seguinte forma: Em relação a políticas de cotas raciais da UEPG: Você conhece? Sabe como funciona? explique.

As resposta desta pergunta foram majoritariamente afirmativas, pois 90,9% das entrevistadas responderam conhecerem as políticas de cotas raciais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, o que corresponde a dez mulheres negras. E apenas uma mulher negra (9,1%) respondeu que não conhece e que não sabe como funciona.

É interessante pensar que cada discurso tem o potencial de apresentar quais as especificidade sobre outros elementos que refletem na pergunta central deste artigo. E sobre a resposta referente ao não conhecimento das políticas de cotas raciais, ao realizar o cruzamento das mesmas a fim de compreender o lugar social da construção discursiva da mulher negra que registrou a única opinião que destoa das outras, há de se compreender que a mesma talvez não tenha conhecimento aprofundado sobre as políticas de cotas exploradas neste trabalho pelo fato de ser natural de outro continente e de um país negro (São Tomé), isto pode ter influenciado na construção de sua resposta, mas se voltar aos dados já registrados nesta pesquisa, é possível ver que há duas entrevistadas africanas e que resgistraram suas respostas de formas diferentes.

Ao observar as respostas das duas africanas como discursos díspares, mais uma vez se faz perceber que os discursos analisados apresentam uma linearidade devido à forma de organização das perguntas, mas são construídos com base nos

lugares sociais das integrantes da comunidade de análise que demarcam as particularidades e subjetividades de cada resposta.

A próxima pergunta que integra o eixo sobre a perspectiva e o conhecimento da comunidade de análise desta pesquisa sobre as cotas raciais, foi assim descrita: Na sua opinião: As políticas de cotas raciais são positivas ou negativas para a população negra? Explique o seu ponto de vista. E os discursos das entrevistadas foram assim registrados:

Tabela 2- Respostas da pergunta número 12

<b>1- Extremamente positivas. Quando se trata de cotas minha única preocupação é em se o indivíduo terá maturidade para acompanhar o curso, visto que em casos isolados alguns alunos egressam com pontuação muito abaixo da média de aprovação geral o que pode acarretar em desistência(e ser prejudicial para a auto estima do indivíduo) Independente de conclusão do curso ,sucesso profissional ou qualquer variável derivada todo o conhecimento, a meu ver, representa evolução .Acho que o maior benefício não é gerado para o indivíduo que passa na faculdade mas sim para as pessoas com as quais ele convive. Atualmente, quantos são os professores negros que você conhece? E os juizes? Os médicos? Como fazer com que uma criança negra acredite que ela é capaz de ocupar estes lugares, sendo que os exemplos são escassos? O exemplo, perto de casa pode ser um grande fator de incentivo para mudar essa realidade.</b>
<b>2-Serão muito mais aproveitosos se além de facilitar a entrada ou acesso de negros advindos de escolas públicas, oferecessem outros benefícios como auxílio.</b>
<b>3-São muito positivas , pois é através delas que temos a possibilidade de chegar as salas de aula de uma faculdade , caso contrário negro não tem vez.</b>
<b>4-Para a população negra brasileira eu acredito que seja positivo. Até não entendo como um país com uma população majoritariamente negra tem tão poucos negros na universidade. Vejo as cotas como uma política de inclusão extremamente válida e necessária.</b>
<b>5-São positivas, pois buscam garantir direitos que foram historicamente negados ao negros. Neste sentido, são políticas afirmativas.</b>
<b>6-Positivas. Pq é necessário se buscar cada vez mais formas de igualdade e oportunidade.</b>
<b>7-São Positivas, pois auxiliam na correção do desfavorecimento social a que este grupo étnico foi submetido após o período escravocrata no Brasil.</b>
<b>8-São positivas, pois a população negra precisa destas ações para ter acesso a determinados espaços.</b>
<b>9-Eu vejo como positiva, não apenas por ser negra, mas por entender que o período escravista deixou marcas negativas que assombram até hoje a população negra.</b>
<b>10-É algo importante para a população negra mudar suas histórias e refazer um fim para seus filhos e parentes. Estas políticas são positivas para a população negra, pois só através delas que nós temos a oportunidade de ter oportunidade.</b>
<b>11-Eu acredito que seja um incentivo e uma oportunidade a mais</b>

Fonte: Merylin Ricieli (2015)

O quadro de respostas exposto é capaz de mostrar que a opinião das onze contatadas se relacionam no sentido de considerar as políticas de cotas raciais algo positivo e de grande importância para a população negra brasileira. Os enunciados das mulheres negras são compostos por elementos que apontam para diferentes aspectos envolvidos nas políticas afirmativas analisadas, entre eles políticos, educacionais, pessoais, históricos e sociais.

No anseio de complementar a pergunta de número 12, a pergunta de número 13 foi elaborada da seguinte forma: Você é contrária ou favorável as políticas de cotas raciais da UEPG? Explique o motivo. E as respostas foram assim redigidas:

Tabela 2- Respostas da pergunta número 12.

<b>1-A meu ver as cotas sao positivas. Vejo que algumas pessoas vão contra as cotas levando em consideracao, no caso das universidades, a maturidade intelectual com que o indivíduo ingressa no curso. Entendo que o regime de cotas subentende que a populacao afrodescentente e indigena se encontra de fato com certa desvantagem em relacao aos demais, contudo creio que esta diferenca pode muitas vezes ser superada na propria faculdade. Ressalto contudo que não acredito que a atribuicao das cotas seja a forma mais eficaz de reparar a desigualdade que esse nicho sofre, o ideal seria educação fundamental de qualidade na escola pública. Contudo além de não acreditar na capacidade atual do país em realizar esta atividade, creio que a desigualdade pede soluções de aplicação momentânea.</b>
<b>2-Sim sou favorável. De qualquer jeito há pessoas que precisam dessa facilidade.</b>
<b>3-Sou favorável , pois como é através delas que teremos grandes chances de chegar as salas de aula de uma faculdade e realizar nossos sonhos , por que se ã tiver as cotas negro nunca terá vez.</b>
<b>4-Eu diria que sou a favor sim, pelos motivos citados acima.</b>
<b>5-Favorável, pois buscam equalizar uma situação historicamento desigual, que é o acesso a Universidade.</b>
<b>6-Favorável.</b>
<b>7-Sou favorável. Primeiramente por se tratar do comprimento da legislação que rege o assunto. E depois por possibilitar o acesso do aluno negro a uma instituição de ensino de relevante idôniidade na formação de profissionais em nosso estado.</b>
<b>8-Sou favorável, pois acredito que as pessoas negras merecem uma reparação devido aos preconceitos que sofrem diariamente pelo simples fato de serem negras e isto prejudica em suas relações pessoais e profissionais, impedindo seus crescimentos econômicos</b>
<b>9-Eu sou super a favor, pois são necessárias para garantir a igualdade entre negros e brancos.</b>
<b>10-Favorável, porquê é algo que não prejudica ninguém e a cidade e o país só tem a ganhar com isso, pois através das cotas os sujeitos negros reconstroem suas condições de vida</b>
<b>11-sou a favor</b>

Fonte: Merylin Ricieli (2015)

Ao observar as respostas registradas na pergunta 13 nota-se quais as perspectivas das autoras dos discursos acerca deste questionamento, 100% das mulheres - onze contatadas - afirmaram serem favoráveis a estas políticas e colocaram seus motivos, que voltam-se para questões acerca do lugar da população negra na sociedade brasileira e para questões de reparação histórica e social deixadas pelo período escravista.

E a fim de caminhar para a finalização destas análises, todas as entrevistadas afirmaram conhecer alguém que já utilizou as políticas de cotas raciais para ingressar na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo deste artigo foi compreender de que forma as mulheres negras entrevistadas vêem as políticas afirmativas de cotas raciais na UEPG. O recorte espacial para Universidade Estadual de Ponta Grossa ocorreu devido ao interesse por uma análise local e vinda de dentro da comunidade negra. O olhar para as mulheres negras surgiu da necessidade de querer compreender como elas percebem esta ação afirmativa que alcança muitos de seus semelhantes.

Os textos desta análise foram problematizados como construções discursivas de mulheres que apresentam características em comum, cor da pele, identidades fragilizadas por processos sociais opressores, discriminatórios e por histórias de constante afirmação de suas condições sociais plurais. Ao propor algumas considerações acerca deste trabalho, não se deve ignorar o fato de que as mulheres que responderam as questões possuem particularidades que apontam para o motivo de suas opiniões sobre o assunto pesquisado.

Nesse sentido, pode-se dizer que os dados problematizados neste artigo apontam para um conjunto de discursos construídos por uma comunidade negra feminina que considera as cotas raciais uma aparato político que proporciona a população negra a oportunidade de uma melhor condição de vida ao ingressar na universidade.

E a fim de propor conclusões, ao observar as respostas das mulheres negras, sujeitos desta pesquisa, é plausível entender que elas mostram-se favoráveis as políticas de cotas raciais não apenas por questões pessoais (visto que algumas ainda não concluíram o ensino médio, logo não utilizaram as políticas de cotas da UEPG), mas também por questões de reparações históricas para os sujeitos negros.

Por hora, é viável concluir esta pesquisa retomando a problemática proposta sobre as perspectivas das mulheres negras acerca das políticas analisadas; a pesquisa construiu uma amostra de dados que permitiu problematizar que as opiniões das mulheres negras consideram as cotas raciais como um campo promissor de possibilidades proporcionado por esta política afirmativa e que pode sim fazer a diferença para a realidade negra atual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 12.990/2014, de 09 de junho de 2014. **Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos.** Diretrizes. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm) Acesso em 16 dez 2015

BARROS, Lorena Pinheiro. **Discriminação racial: obstáculos e conquistas.** Disponível em: <http://fg.jusbrasil.com.br/noticias/1046513/discriminacao-racial-obstaculos-e-conquistas-lorena-pinheiro-barros> Acesso em 20 de dez de 2015

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. SILVEIRA, Denise Tolfo. **A PESQUISA CIENTÍFICA.** In: Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

DOMINGUES, Petrônio. **Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica.** Revista Brasileira de Educação. p. 164-177, 2005.

FERNANDES, Florestan, 1965. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** São Paulo, Cia. Editora Nacional.

GOMES, Nilma Lino. Radar Social. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão** .IPEA. Brasília, 2005.

HALL, Stuart. **Da Diáspora – identidades e mediações culturais**. Trad. Adelaine La Guardiã Resende, et. al. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

IBGE, SIDRA. **Recuperação Automática** – SIDRA. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em 16 de dez de 2015

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Cadernos Penesb, v. 5, p. 16-34, 2004. Disponível em: <http://www.slideshare.net/Geraaufms/uma-abordagem-conceitual-das-noes-de-raca-racismo> Acesso em 16 de dez de 2015.

PORTAL UEPG, **Historiador fala sobre “racismo à brasileira”**. Disponível em: <http://portal.uepg.br/noticias.php?id=1706> Acesso em 21 de dez de 2015.

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, **História da Cidade**. Disponível em: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/historia> Acesso em 16 dez. 2015

SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. **A mulher negra brasileira**. Revista África e Africanidades – Ano 2 - n. 5 - Maio. 2009 - ISSN 1983-2354.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **MAPA DA VIOLÊNCIA 2015. HOMICÍDIO DE MULHERES NO BRASIL**. 1ª Edição Brasília – DF – 2015. Flacso Brasil. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf) Acesso em 16 de dez de 2015